

Partidos, anistia, fisiologismo e outros bichos

ALBERTO GOLDMAN

A recente aprovação da anistia aos empresários em dívida com o sistema financeiro nos leva a algumas reflexões. Vamos, inicialmente, aos dados da votação na Assembléia Constituinte.

No PMDB, 126 constituintes votaram a favor da anistia e 69 votaram contra. No entanto o líder do PMDB na Constituinte (Nelson Jobim) votou contra e os líderes na Câmara e Senado (Ibsen Pinheiro e Ronan Tito) estiveram ausentes, o que equivale ao voto contrário. Dentre os chamados progressistas do PMDB, alguns de seus líderes votaram a favor (Francisco Pinto, Hélio Duque), outros contra (Nelson Wedekin e Roberto Rollemberg) e no Centrão do PMDB também alguns votaram a favor (Roberto Cardoso Alves) e outros contra (Milton Reis e o líder do governo, Carlos Sant'Anna). Um dos autores da emenda da anistia (Mansueto de Lavor) é do PMDB "progressista".

No PSDB, 23 constituintes votaram a favor da anistia e 19 votaram contra. O líder do PSDB na Câmara (Pimenta da Veiga) votou a favor e o do Senado (Fernando Henrique) contra. O senador José Ignácio, do PSDB, presidente da CPI da Corrupção e também o seu relator, Carlos Chiarelli, do PFL) votaram a favor. Outro autor da emenda da anistia (Ziza Valadares) é do PSDB.

No PFL também a maioria votou a favor da anistia, dentre eles o seu líder no Senado (Marcondes Gade-

lha). O líder na Câmara (José Lourenço), votou contra. O terceiro autor da emenda da anistia (Humberto Souto) é do PFL.

No PDT, a maioria votou a favor da anistia. O seu líder (Brandão Monteiro) e alguns liderados se ausentaram.

Os PCs e o PT votaram contra.

Este aparente "samba do crioulo doido" merece algumas reflexões.

O que estava em jogo na votação da emenda? Ela pretende zerar a correção monetária devida por uma grande gama de empresários devedores. No nível em que se encontra a inflação, conceder a isenção desde 1986 até o pagamento é, praticamente, zerar a dívida toda ou transformá-la em um "resto" ridículo. Ora, não se fez isso com nenhuma dívida do cidadão comum. Por exemplo, com o cidadão que deve a prestação do mobiliário de sua casa, ou da geladeira, ou da casa própria, ou deve o Imposto Predial, ou o Imposto Sobre Serviços. Como se explica que "esquerdistas" e "liberais modernos" (do PMDB, do "novo" PSDB, do PDT, do PSB) —que certamente compreendem que, de um jeito ou de outro, a enorme maioria da população certamente pagará a conta— se associem à UDR e aos conservadores que defendem a livre iniciativa, mas que na hora da "onça beber água" correm a se refugiar nas burras do Estado, independentemente das consequências à sociedade?

Como entender que os que saíram do PMDB para formar um novo partido, "puro", "homogêneo", "autêntico", "progressista", se dividam na primeira votação de importância, dias após a aprovação do manifesto de fundação?

Como entender que os líderes do PMDB se manifestem contra a anistia e a maioria da bancada vote a favor? E que aqueles que têm se manifestado contra o governo votem com ele e os a favor votem contra a sua posição? Como entender que os "progressistas" do PMDB que se declaram radicalmente pela exclusão dos conservadores do partido, nesta importante questão, se dividam, uns e outros, juntando pedaços de uns com pedaços de outros?

Creemos que a razão está na limitada legitimidade de representação dos partidos políticos e na incipiente participação política de nosso povo. Eles não se formaram por razões ou compromissos programáticos ou ideológicos, no Brasil de hoje. O que diferencia o voto da grande parte dos congressistas é o seu interesse imediato, seja ele de fundo pessoal, corporativo ou fisiológico, ou seja o instinto de sobrevivência político/pessoal.

No fundo, o resultado da votação mostrou que o poder das elites está organizado sob as mais diversas formas (com tinturas progressistas ou cara abertamente conservadora), em contraposição à imensa legião

dos despossuídos, sem lenço e sem documento, sem voz e mesmo sem rosto. São elas, as elites, que definem como e quando as coisas se dão, assumindo, abertamente ou não, a máxima de Santo Agostinho, recém-atualizada: "É dando que se recebe."

É preciso, isto sim, uma longa e árdua luta para fazer o povo participar da vida política e da vida partidária. Não nos interessa participar, no interior dos partidos de maneira estéril e desgastante, de guerras excludentes que encobrem a profundidade dos problemas. Para que excluir? Excluir quem? Qual seria a linha divisória? A anistia? A votação do mandato? A questão agrária?

Nem nos interessa discutir novos partidos. Eles já são velhos, qualquer que seja o discurso moralista/moderno que façam. Aliás, tenho a certeza de que os defeitos serão os mesmos do PMDB, só não tenho a certeza de que terão as mesmas virtudes.

Só com a participação popular poderemos ter partidos e uma ação política coerentes, autênticos e legítimos, avançando na solução dos problemas reais da sociedade brasileira e, especialmente, das grandes massas de nosso povo.

ALBERTO GOLDMAN, 50, engenheiro civil, é secretário especial de Coordenação de Programas do Estado de São Paulo (governo Quéricio) e foi deputado federal.